

Dos “fundamentos científicos” à “teoria da comunicação”: uma controvérsia epistemológica nas origens da área

From “scientific grounds” to “communication theory”: an epistemological controversy on the area’s genesis

De los “fundamentos científicos” a la “teoría de la comunicación”: una controversia epistemológica en las orígenes del campo

Luís Mauro Sá Martino¹

Resumo

Este texto delinea aspectos da formação das Teorias da Comunicação no Brasil, tal como apresentadas na bibliografia publicada entre 1969 e 1986. Em perspectiva genealógica, observam-se as condições de produção do discurso teórico sobre Comunicação e suas especificidades. O exame dos livros sugere que: (a) a “teoria da comunicação”, como campo de estudos, foi criada por demandas institucionais, não epistemológicas; (b) os conceitos de “comunicação” utilizados eram oriundos de diversas áreas, da Biologia à Filosofia, sem intersecção entre elas; (c) o diálogo era com pesquisas e autores estrangeiros, quase sem referências cruzadas entre autores nacionais. Esses pontos são discutidos contra o pano de fundo do debate epistemológico contemporâneo sobre a Área.

Palavras-chave: Teoria da Comunicação. Epistemologia. Genealogia. Universidade.

Abstract

This paper outlines some origins of “Communication Theory” in Brazil, as it is presented in handbooks published from 1969 to 1986. From a genealogical perspective, the theoretical discourse on Communication is examined from three aspects: (a) ‘communication theory’ started, as a field of study, as a institutional demand; (b) the concept of ‘communication’ is broad enough to comprehend inputs from many areas, from Biology to Philosophy, but with no intersection among them; (c) the dependence of foreign authors and theories. The findings are analysed against the background of contemporary Communication epistemology.

Keywords: Communication Theory. Epistemology. Genealogy. University.

Resumen

Este texto describe algunos aspectos de la formación de la Teoría de la Comunicación en Brasil, tal como se presenta en la literatura publicada entre 1969 y 1986. En perspectiva genealógica, observamos las condiciones de producción de un discurso sobre la comunicación a partir del tres factores: (a) la fuente institucional del discurso “Teoría de la Comunicación”; (b) la fluidez y variedad – pero no ‘interdisciplinaridad’ del concepto de “comunicación” ahí presente y (c) la dependencia de auctores y teorías extranjeras. Estos puntos se discuten en el contexto del debate epistemológico contemporáneo.

Palabras clave: Teoría de la Comunicación. Epistemología. Genealogía. Universidad.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Casper Líbero (FCL). Brasil, São Paulo (SP). e-mail: lmsmartino@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os discursos teóricos têm uma gênese, e este artigo pode ser aberto com o reconhecimento da sua. A inquietação na origem deste trabalho descende de uma interlocução com Quiroga (2015) e sua investigação a respeito de uma “episteme comunicacional”. Ao mesmo tempo, este texto prossegue investigações anteriores (MARTINO, 2011) realizadas com um corpo de análise similar, mas a partir de outro ponto de vista.

Em trabalhos anteriores, foi observado que a falta de consenso atual a respeito do que é uma “teoria da comunicação” (MARTINO, 2009) poderia ser observada já nas primeiras produções bibliográficas sobre o assunto (MARTINO, 2011). O problema aqui, a partir do *corpus* utilizado anteriormente, desenvolve-se em outro sentido: o que se era chamado de “comunicação” no discurso teórico sobre o tema, tal como aparece naquela bibliografia? A partir de quais lugares essa noção de “comunicação” era produzida? Finalmente, em que momento se articula um discurso auto-identificado como “teoria da comunicação”?

Os discursos teóricos em circulação dentro de uma área do saber estão ligados, de maneira mais ou menos direta, aos desenvolvimentos e articulações institucionais e epistemológicos pelos quais ela passa. A vinculação de determinados saberes a um espaço institucional de estudos, com a consequente e complementar exclusão de outros, tem em si uma história que não pode ser deixada de lado. Inscrita no circuito dos saberes válidos em uma área, está também a própria história dessa área, suas discontinuidades, linearidades e movimentos. E, com os discursos teóricos sobre Comunicação, as condições não parecem ser diferentes.

O objetivo é observar, em perspectiva diacrônica, algumas das condições de formulação de um discurso teórico identificado – e identificável – como “Teoria da Comunicação” na produção brasileiras entre 1966 e 1993. Os livros foram selecionados por seu vínculo declarado com o assunto, tomando como índice a presença dos termos “Comunicação” e “Teoria da Comunicação” em títulos e sumários, abrindo-se espaço para correlatos como “Comunicação Humana”, “Comunicação de Massa” ou “Pesquisa em Comunicação”, deixando de lado livros de caráter histórico, técnico ou profissional.

A pergunta aqui não é “O que estamos estudando ao nos dedicar às Teorias da Comunicação?”, de inegável pertinência e formulada, por exemplo, por França (2001) ou L. C. Martino (2005, 2007), mas outra, que desloca o foco para a questão genética: como, ou quando, se começa a estudar a “Teoria da Comunicação” tal como a conhecemos hoje?

Não se trata de buscar uma recensão crítica de escolas e autores, mas de observar as transformações de um discurso teórico ao longo de determinado período de tempo, entendendo

que sua complexidade não pode ser compreendida se não a partir de “indícios” (BRAGA, 2009; GINZBURG, 2002) com os quais se pode olhar para ramificações, descontinuidades e prosseguimentos.

Busca-se observar, nos livros intitulados “Teoria da Comunicação” o que era, de fato, apresentado como “Comunicação” e como “Teoria da Comunicação”. Para tanto, buscou-se trabalhar com os textos publicados interrogando-os a respeito dos conhecimentos colocados sob esse nome. Essa interrogação se desdobra em três aspectos: (a) a origem da reflexão teórica; (b) o conceito de “comunicação” formulado nos livros; (c) a trama conceitual dos discursos teóricos.

Não se parte, aqui, de uma definição do que seja “Teoria da Comunicação” ou mesmo “Comunicação”: a observação se faz em termos metacríticos, no sentido de observar, nos livros examinados, o que era referido com essas palavras. De modo geral, como assinala Torrico Villanueva (2004, p. 15), no caso da Comunicação, sua “configuração como espaço de conhecimento científico” é bastante tardia, datando dos anos 1920.

Seria pertinente questionar porque estudar livros de “Teoria da Comunicação” escritos nas décadas de 1967-1986 que, em uma leitura apressada, teriam pouco ou nada a contribuir para o estudo do ambiente midiático-comunicacional contemporâneo. A pertinência contemporânea dos conteúdos apresentados nos livros está longe da discussão feita aqui. Não se busca uma historicização ou, menos ainda, uma “história das teorias”. A ideia é entender esses saberes como parte de uma genealogia, no sentido postulado por Foucault (2007, 2009), dos discursos em circulação na Área, em uma trama de filiações, relações e descontinuidades.

O intervalo de tempo é constituído de duas demarcações. A primeira data é a publicação do que talvez possa ser considerado o livro mais antigo com o nome de “Teoria da Comunicação” (VELLOZO, 1966). Esse limite foi estabelecido a partir de uma investigação que se pautou, além das indicações bibliográficas.

Na segunda data, 1993, parece existir uma mudança epistemológica no que se entende por “Teoria da Comunicação: a partir de Gomes (1995), o modelo dos livros de “Teoria da Comunicação” tende a seguir uma apresentação por “Escolas Teóricas”, taxonomia inexistente no momento anterior que demandaria, por si, estudo específico.

Se, como postulam vários autores – Craig (1999), Braga (2001), Lopes (2003, 2006) Martino (2005, 2007), Ferreira (2003, 2007) –, há consideráveis problemas epistemológicos na Área de Comunicação, é possível supor que o próprio desenvolvimento de tais questões, e mesmo sua percepção enquanto “questões”, tenham uma gênese localizável nos discursos

presentes na Área. É uma tentativa de esboçar uma genealogia dos operadores epistemológicos da Comunicação, portanto, que se busca aqui.

2 DEMANDAS UNIVERSITÁRIAS E A FORMULAÇÃO DO DISCURSO

Levando em conta que a produção acadêmica também está ligada a condições específicas que de alguma maneira regem sua elaboração, vale observar de onde são formulados os discursos teóricos sobre Comunicação no momento estudado. Longe de um determinismo das condições, destaca-se a articulação tensional entre saberes e sua objetivação nos discursos da área.

Ao que tudo indica, a existência de uma área do saber intitulada “Comunicação” parece ter levado à formação de saberes referentes a ela (MARTINO, 2011). O exame dos livros sugere que não se tratou de uma demanda propriamente epistemológica, decorrente da investigação sistemática de um fenômeno, mas da necessidade de construir um repertório visando o contingente de alunos que buscava formação profissional em cursos universitários, primeiramente nas habilitações específicas – jornalismo, publicidade e propaganda, editoração, relações públicas – e depois, a partir de 1969, em “Comunicação Social” (SILVA, 1979). Não deve causar surpresa, portanto, que os livros de Melo (1978) e Sá (1973) sejam publicados pela editora Vozes em uma coleção intitulada “Manuais” – não entrando aqui, evidentemente, juízo de valor a respeito de suas qualidades específicas. O destaque é ao vínculo universitário.

Os trabalhos de Vellozo (1969) e Beltrão (1973, 1983) nascem originalmente como apostilas dirigidas aos seus alunos nos cursos superiores. Os dois autores parecem indicar que esse procedimento decorre da escassez de uma bibliografia destinada ao tema: o recurso ao modelo de texto apostilado produzido pelos professores da disciplina sugere a inexistência, nesse momento, dos “livros-texto” que essas produções vem suprir. No trabalho de Pignatari (1967) o vínculo universitário também está assinalado como uma das origens do livro, algo explícito na indicação de L. C. Lima (1971) a respeito da organização de sua coletânea – algo não dito na coletânea de Cohn (1973), apesar de seu largo uso nos espaços universitários nos anos seguintes.

Por outro lado, e para mostrar a complexidade da questão, o trabalho de Melo (1978), publicado originalmente em 1971, já é fruto do trabalho desenvolvido no próprio meio universitário, o que sugere, nesse ínterim, o desenvolvimento, ao menos em alguns espaços, de tentativas de desenvolvimento de pesquisas relativamente autônomas.

A experiência em sala de aula é, ao que parece, um fator de monta na elaboração de um pensamento a respeito da Comunicação e, indo além, na definição do cânone que nas décadas seguintes passaria a ser entendida como “Teoria da Comunicação”. Mais uma vez é possível indicar uma demanda prática, a sala de aula, como fundamento da investigação teórica: “Teoria da Comunicação” é o que é ensinado nos cursos de Teoria da Comunicação.

Não se sugere, aqui, nenhum demérito, e o fenômeno não se restringe ao Brasil, como mostra Lasorsa (2002): a origem didático-pedagógica não representa, a princípio, maior ou menor qualidade – a origem dos estudos norte-americanos e alemães de Comunicação respondiam igualmente a uma demanda de ordem prática, sobretudo na esfera sociológica (MERTON, 1983; ECO, 1995).

É necessário, no entanto, ressaltar o vínculo entre a formação de uma ainda incipiente “epistemologia da Comunicação” distanciada, na maior parte dos casos, da pesquisa em torno de um tema ou um objeto comum. Trata-se, ao contrário, de responder a uma demanda existente por formação universitária destinada sobretudo a preencher as vagas de um mercado em expansão – tanto Vellozo (1969) quanto Beltrão (1983) indicam a ausência de um equilíbrio entre a formação teórica e prática que Teoria da Comunicação procura suprir. Beltrão (1983, p. 10) indica, a respeito, que os cursos de comunicação eram “estágios de futuros profissionais”, mencionando a postura prática e o “evidente menosprezo” às investigações de caráter teórico e de pesquisa. Dessa maneira, a “crise de identidade” dos cursos de Comunicação observada por V. Lima (1983), ao que parece, já se desenhava desde o início da institucionalização da Área.

Uma exceção é o trabalho de Gabriel Cohn (1969), “Sociologia da Comunicação”: trata-se de um trabalho referente à discussão dos princípios da Teoria Crítica pensada como aparato sociológico para a apreensão dos processos sociais vinculados aos então chamados “meios de comunicação de massa”. Não são, no entanto, a regra.

Vale observar, em termos de nomenclatura, que o nome “Teoria da Comunicação”, sozinho, não é quase empregado nesse contexto: Beltrão (1983) utiliza “Teoria Geral da Comunicação” e Vellozo (1969) “Teoria Geral da Comunicação Coletiva”. A indicação de Beltrão é que esse nome é o “oficial”, conforme consta no currículo básico de Comunicação Social. A justificativa de Vellozo (1969, p. 19) é de ordem conceitual, propondo uma especificidade para a “comunicação coletiva”: a “comunicação coletiva” é aquela na qual a audiência é “indeterminada”, “não identificável, geralmente composta de um grande número de pessoas”. É oportuno destacar que a diferença entre a comunicação chamada pelo autor de “direta” ou “pessoal” e a “coletiva” não está na utilização de meios técnicos, mas na relação entre comunicador e audiência.

O livro organizado por Adísia Sá (1973) tem como título “Fundamentos Científicos da Comunicação”, Ao que tudo indica, esse era o nome da “disciplina teórica” que viria posteriormente, em uma reforma universitária de 1969, a ser chamada de “Teoria da Comunicação”. Esse era, aliás, o título original do livro de Beltrão (1973) em suas edições de circulação restrita, alterado por decisão do autor após a reforma dos cursos de Comunicação. Não é oferecida, em nenhum dos livros, uma explicação relativa a essa mudança de nome da disciplina. Vale, nesse aspecto, um olhar a respeito dos temas.

3 AS ABORDAGENS E CIRCUNSCRIÇÕES DA COMUNICAÇÃO

O exame dos conteúdos apresentados nos livros, no entanto, não sugere a existência de muitas diferenças entre “Fundamentos Científicos da Comunicação” e “Teoria da Comunicação”, embora a esta última pareça. Em relação ao conteúdo dos “Fundamentos Científicos da Comunicação”, a amplitude de seu escopo é reconhecida por Menezes (1973, p. 9) na introdução à obra de Sá (1973), aonde indica que se trata de “matéria tão vasta quanto as próprias fronteiras do conhecimento humano em vários setores de suas atividades”. Vale notar que na mesma época, em tom crítico, a disciplina é avaliada por um aluno de Comunicação Social como um espaço aonde “não se ensina nada de nada” (NEOTTI, 1972).

Os parâmetros de elaboração do discurso teórico sobre Comunicação, oriundos da prática docente universitária, parecem desde o início ter entrado em conflito com as disposições técnico-profissionais presentes nos cursos de Comunicação (V. LIMA, 1983).

A mudança de “Fundamentos Científicos da Comunicação” para “Teoria da Comunicação” não parece ter alterado substancialmente os conhecimentos agrupados sob o novo nome, que continuaria uma disciplina “tão vasta quanto as fronteiras do conhecimento humano”, se é possível parafrasear a perspectiva apresentada acima. Embora o livro de Vellozo (1969) mostre alguma preocupação com o direcionamento de uma teorização da Comunicação para as práticas profissionais, em especial o Jornalismo, parece haver um direcionamento de todos os outros autores no sentido de situar os problemas da Comunicação como fenômeno humano, não como habilitação profissional.

A noção de “comunicação” apresentada nessa literatura parece ser de difícil circunscrição.

O conceito explorado nas obras é elástico o suficiente para compreender elementos que vão desde as ciências naturais até pesquisas específicas sobre a então chamada “comunicação de massa”. O lugar ocupado pelas ciências naturais nos estudos de Comunicação desse

momento se refere, no caso de Teles (1973) e Beltrão (1973, 1983) à noção de que processos interacionais ocorrem em todos os níveis da natureza, mesmo entre organismos simples, passando posteriormente, em diferentes graus de complexidade, até a comunicação humana. A expressão usada, no entanto, não é “comunicação”, mas “informação”: parece existir um posicionamento no sentido de colocar a “informação” como um processo biológico em relação à “comunicação” como uma atividade exclusivamente humana. Não há oposição entre os dois conceitos, mas complementaridade: a comunicação humana tem em seu centro os elementos informacionais que conduzem as interações na escala de todos os seres vivos.

O recorte do ser humano como parâmetro do fenômeno comunicacional, no entanto, não parece tornar mais nítidos os recortes nem do que é “comunicação” nem das possibilidades epistemológicas para existentes para seu estudo.

Há, ao que tudo indica, um único ponto comum: os vários autores e autoras estudados compartilham a ideia de que “comunicação” é um fenômeno relacional envolvendo seres humanos (VELLOZO, 1969; NICKELLE et al, 1970; SÁ, 1972; BELTRÃO, 1973, 1983; MELO, 1978). Esse fenômeno, por seu turno, é posicionado como sendo o fundamento de todas as outras modalidades de interação dentro da sociedade: a comunicação seria o processo social básico a partir do qual todos os outros derivam – perspectiva que seria reelaborada, em outro contexto, por L. C. Martino (2007) e Signates (2010).

Vale notar, de saída, que isso é um indício de recusa ao “midiacentrismo” nas pesquisas em Comunicação: o ato comunicacional não é vinculado à presença de dispositivos técnico-eletrônicos, mas se relaciona com eles a partir de elementos que lhe são externos.

A problemática surge, no entanto, quando se procura delimitar quais são as características, limites e condições de aparecimento do comunicacional dentro dos fenômenos interacionais. A condição básica do fenômeno comunicacional parece permitir, paradoxalmente, tanto a percepção de sua singularidade quanto de sua a generalização.

No primeiro caso, o fenômeno comunicacional é entendido como o momento de interação entre seres humanos. Em termos cronológicos, nada precede a Comunicação: todas as demais atividades humanas são derivadas dessa interação, ligada à informação (NICKELLE et al, 1970; BELTRÃO, 1973), à linguagem (NICKELLE et al, 1970; BELTRÃO, 1973; SOUZA, 1973; SÁ, 1973) e à ação (VELLOZO, 1969; MENEZES, 1973). Estudar a Comunicação, no caso, seria estudar o elemento relacional presente em todos os outros âmbitos da atividade humana, passando da Política e das relações interpessoais à Ciência e à Arte. Desenha-se, nesse caso, uma possibilidade de um recorte propriamente comunicacional, que se

constituiria como marcador epistemológico passível de orientar a elaboração de uma Área de estudos com contornos porosos mas nítidos.

No entanto, o posicionamento da Comunicação como processo social básico parece abrir um problema de abrangência: na medida em que todos os processos sociais derivam, ao menos em certa medida, de uma interação entre seres humanos, qual seria a especificidade dos elementos comunicacionais aí presentes em relação a, por exemplo, aspectos psicológicos ou sociológicos desse tipo de relação? Nesse ponto, a circunscrição da “comunicação” propriamente dita parece se perder: “interações sociais” são estudadas também por outras disciplinas, e o fato desses aportes disciplinares serem trazidos para a discussão da Comunicação parece indicar a ausência de uma possibilidade de – e a redundância é intencional – estudar a Comunicação de um ponto de vista comunicacional, específico de sua fenomenologia. O quadro abaixo exemplifica essa diversidade a partir do contraste entre as definições de “comunicação” formuladas a partir de matrizes epistemológicas distintas:

Quadro 01 – Matrizes e definições do conceito de Comunicação

Autor	Definição	Matriz
Nickelle et al. (1970, p. 11)	“Comunicação é o meio pelo qual um homem influencia outro, e por seu turno é pelo outro influenciado. Comunicação é a condutora do processo social. Comunicação é que faz a interação desse processo social”	Sociológica
Beltrão (1973, p. 28) e Beltrão (1983, p. 27)	“Intercâmbio de informações visando a uma ação conjunta”; “processo de transmissão da informação, enriquecida pela reflexão e posta em símbolos (mensagem), a outro como propósito de provocar uma reação idênticamente simbólica”	Sociológica / Informacional
Teles (1973, p. 19)	“Vida é Comunicação! Comunicar-se é sair de si mesmo para ir ao encontro do outro. (...)“Uma rocha se comunica à medida que suas partículas nucleares se atraem ou se repelem na intimidade de suas estrutura atômica”	Biológica
Vellozo (1969, p. 16)	“O ato de comunicar é o de tornar comum o que dantes era exclusivo, ou seja, é um ato de dar, que já traz, em si, implicações morais”	Etimológica
Brasil (1973, p. 147)	“Comunicação (pelo menos simbólica) é interação humana; é um processo que tem lugar entre indivíduos com um ego, um ponto de vista e uma certa orientação dentro de parâmetros morais”.	Antropológica
Menezes (1973, p.152).	“Comunicação significa ‘estar em relação com’, representa a ação de por em comum, de compartilhar nossas ideias, os nossos sentimentos, as nossas atitudes. Nesse sentido, identifica-se com o processo social básico: a interação”.	Sociológica

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Não é feita por nenhum autor ou autora um recorte ou identificação na tipologia das interações que permita definir qual é a especificidade da interação propriamente comunicacional: na medida em que o conceito de “comunicação” compreende uma vasta gama de interações sociais, o foco se abre até ocupar tendencialmente todo o espaço das ciências humanas. Não por acaso, a lista de disciplinas trazidas pelos autores para estudar a Comunicação é ampla: além do recurso à Psicologia, a Linguística e às Ciências Sociais, no campo das Humanidades, busca-se pensar a comunicação, como visto, também a partir da Biologia.

Ao que tudo indica, no entanto, a produção de discursos teóricos sobre comunicação a partir das matrizes teórico-conceituais provenientes de outras áreas não chegou a constituir um espaço comum de reflexões a partir do qual surgiram operadores epistemológicos próprios à Comunicação. Ao contrário, os espaços de intersecção ou mesmo de uma “interdisciplinaridade” propriamente dita são poucos: há, nessas abordagens, apreensões específicas do fenômeno comunicacional – entendido sempre de um ponto de vista das interações humanas – mas a partir de cada uma das áreas do saber convocadas para se pensar o tema. Mais do que estudos de Comunicação, parecem ser elaborados estudos de Psicologia, Linguística e Ciências Sociais que se aplicam ao estudo das interações humanas utilizando, a cada vez, o repertório de cada Área, com pouco espaço dedicado ao diálogo entre esses saberes na constituição de um “saber comunicacional” delimitado dentro de suas especificidades epistemológicas.

A delimitação vai se delinear em outro aspecto: a abrangência dos livros de “Fundamentos Científicos da Comunicação” e “Teoria da Comunicação” parece progressivamente ser deixada de lado em prol de uma abordagem mais centrada nos “meios de comunicação de massa” – o que não significa o abandono de todas as perspectivas anteriores: os estudos de linguagens e códigos, presentes nos trabalhos de Vellozo (1969), D’Azevedo (1970), Beltrão (1973) e Sá (1973) se manterão como dispositivo epistemológico nos estudos de Melo (1978) e Quirino e Beltrão (1986). Esse movimento tensional pode ser entendido como um indício da presença dois polos atratores diferentes no desenvolvimento desses estudos, os estudos de “comunicação de massa” norte-americanos e a semiologia/estruturalismo europeu. É talvez interessante, nesse sentido, posicionar a produção brasileira tomada como *corpus* neste texto contra o pano de fundo dos outros trabalhos de Teoria da Comunicação em circulação no recorte de tempo estudado.

4 O DIÁLOGO COM OS SABERES PREEXISTENTES

Talvez seja possível compreender a pluralidade de aportes teóricos apresentados como “Teoria da Comunicação” nos livros da área a tomando como um dos vetores – não o único, certamente – o pano de fundo a respeito do qual se pensava a comunicação naquele momento. Se o exame temático e conceitual dos livros indica a presença de uma perspectiva relacional da Comunicação a partir da qual se definiam inúmeras modalidades de sua manifestação e, conseqüentemente, de apreensão acadêmica, o exame da bibliografia utilizada pode talvez revelar algo sobre as linhas que compõe a intertextualidade do discurso teórico sobre Comunicação naquele momento. Para tanto, buscou-se observar os livros citados pelas obras que compõe o objeto deste texto. Note-se que não se trata de um exame bibliométrico, mas da observação da literatura disponível em Língua Portuguesa citada nos trabalhos. A pergunta, no caso, não é sobre a totalidade das referências, mas qual era o panorama para o leitor brasileiro monoglota e como os livros de Teoria da Comunicação elegiam e dialogavam com ele.

Não seria talvez exagero indicar que o cenário teórico e conceitual para o estudo da Comunicação no Brasil, em suas origens, esteve marcado por uma dicotomia que, de certa maneira, seria transformada mas não superada nos anos posteriores entre o pensamento norte-americano e europeu (HOHFELDT, 2008). A análise da presença de autores na bibliografia – e, portanto, longe da pretensão de elaboração bibliométrica – sugere alguns elementos de interesse para se observar a formação do discurso teórico sobre Comunicação ou, dito de outra maneira, do “cânone” da Área.

Nota-se a presença de autores norte-americanos vinculados à “Pesquisa em Comunicação de Massa”, sobretudo H. Lasswell, W. Schramm, M. DeFleur, C. Cherry, R. Fagen, R. Pye e S. Littlejohn. Os trabalhos de Schramm e Lasswell, em particular, são detalhados por Beltrão (1973, 1982) e Menezes (1983) no âmbito de perspectivas sociológicas do estudo da Comunicação. O foco, neste caso, é sobretudo dirigido aos “meios de comunicação de massa”, algo que o livro de Beltrão e Quirino (1986) deixará explícito. Os meios ocupam, neste caso, o espaço central de análise. Os estudos de Teoria da Informação, presentes em D’Azevedo (1970) e Beltrão (1973, 1983) são elaborados a partir de referências norte-americanas, sobretudo Shannon e Weaver, no caso deste último.

No caso das pesquisas européias, o foco recai sobretudo na semiologia e na semiótica, com uma presença mais discreta do pensamento frankfurtiano – no entanto, alvo dos estudos monográficos de Cohn (1969) e Moreira (1979). A presença de Saussure, Barthes e Jakobson se faz notar, como parte dos estudos de linguagem.

É de notar que esses grupos de autores não são caracterizados como “Escolas teóricas” ou como “Teorias da Comunicação”, mas como enfoques para entender o fenômeno comunicacional – sempre, vale lembrar entendido como relação, ainda que não necessariamente entre seres humanos. A distinção feita, sobretudo por Beltrão (1973, 1983) e Menezes (1973) é no sentido de indicar os estudos de “mensagem” – seria possível dizer “semiológica”, mas há interseções com a Teoria da Informação (POLI; PECZENYJ; FRANCO, 1970) – como sendo a parte central da abordagem da Comunicação, o estudo da “comunicação de massa” caracterizada como análise dos processos de Comunicação.

A relação entre os diferentes enfoques, ao longo dos livros, não chega a ser proposta. Há uma certa insularidade entre as propostas apresentadas, ficando uma tentativa agregadora restrita ao caráter relacional da Comunicação.

Um dado numérico sugere um elemento de dispersão, presente até hoje na Área de Comunicação, que já se verificava na gênese dos discursos teóricos: dos 213 autores citados, apenas 26 são mencionados em mais de um livro. Desses, apenas seis são brasileiros, o que sugere um problema que, já na segunda década do século XXI, França (2001) vão ainda identificar: a ausência de leituras cruzadas entre pesquisadores brasileiros.

É interessante observar também algumas continuidades e rupturas na formação de um discurso teórico da Área. Note-se a quase completa ausência de C. S. Peirce e T. W. Adorno, que viriam a se tornar parte importante do repertório sobre Comunicação no Brasil, mencionados poucas vezes – Peirce apenas uma; Adorno é citado sobretudo por conta da presença de seus textos publicados na coletânea de Gabriel Cohn, “Comunicação e Indústria Cultural”.

No quadro abaixo, apenas a título de ilustração, são enumerados os autores mais citados nos livros, com o número entre parênteses indicando o número de menções em textos diferentes. São considerados apenas os livros publicados no Brasil, no sentido de observar o diálogo com a produção disponível para estudantes – dada a origem universitária dos textos – no período.

Quadro 02 – Autores mais citados nos livros

Estrangeiros	Brasileiros
Jakobson (5); Wiener (5); Barthes (4); Berlo (4); Eco (4); Cherry (3); Langer (3); McLuhan (3); Moles (3); Schaff (3); Veron (3); Baudrillard (2); Foucault (2); Mira y Lopez (2); Monod (2); Oparin (2); Parry (2); Saussure (2); Schramm (2); Todorov (2);	Décio Pignatari (5); Gabriel Cohn (2); Paulo Freire (2); José M. Whitaker Pentead (2) André Pereira (2); Samuel Pfromm Neto (2);

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

No entanto, cumpre observar que o pensamento de Adorno e Horkheimer é central no livro de Moreira (1979). Do mesmo modo, se Paulo Freire é mencionado apenas duas vezes, é por outro lado o objeto de uma obra exclusiva de Venício A. de Lima (1983). Ao mesmo tempo, observa-se desde aquele momento, mais de uma citação a Verón, Baudrillard, Barthes, McLuhan, Saussure e Eco, que parecem se manter como referências nos estudos de Comunicação.

A multiplicação das temáticas não permite, ao menos a partir do exame dos temas trabalhados nos livros, que se delineie a partir deles o que constitui ou não a Área de Comunicação. A origem teórica dos 213 autores citados alcança um grau de dispersão e distanciamento entre si que inviabiliza a identificação de uma área do saber. A título de exemplo, o texto de Teles (1973), intitulado “Fundamentos biológicos da Comunicação”, abre uma discussão sobre a comunicação como transmissão química entre organismos vivos, ampliando a definição de “comunicação” para “vida”. O mesmo parece ocorrer quando a comunicação é apreendida a partir da Antropologia ou da Psicologia.

É possível verificar, nesse ponto, um problema epistemológico que parece povoar os estudos de Comunicação desde sua gênese: na medida em que os objetos de estudo não são dados, mas construídos, a construção do objeto “Comunicação” a partir de diversas disciplinas não parece efetivamente convergir para o entrelaçamento interdisciplinar que constituiria um “Estudo de Comunicação”. Ao contrário, parece haver uma justaposição de aportes disciplinares, cada um deles construindo sua própria noção de “Comunicação” a partir de seus referenciais teóricos e conceituais. A “Comunicação” da Psicologia é diferente da “Comunicação” da Biologia ou da Sociologia, e poucos elementos comuns podem ser identificados entre elas que permitissem trabalhar uma noção, ainda que genérica, do que de fato é “Comunicação”. Não existe, ao que parece, diálogo entre as concepções, mas apenas a justaposição das abordagens, cada uma delas desenvolvendo-se em paralelo às outras. Embora a Comunicação seja considerada, por todos os autores e autoras, como o elemento central de todos os processos sociais, a concordância não vai além disso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualquer estudo que se proponha a uma abordagem histórica ou genealógica talvez se defronte imediatamente com a possibilidade, mesmo involuntária, de fazer uma leitura dos discursos do passado dentro de uma linhagem artificialmente estabelecida na relação com o presente – no quase lugar-comum historiográfico, “ler o passado com os olhos do presente”.

Por outro lado, a reconstituição de uma genealogia, ainda que parcial e com escopo modesto, como neste texto, talvez pressuponha justamente encontrar algumas linhas de ligação e descontinuidades, em uma relação que não pode ser reduzida a um ou outro fator apenas.

Tendo essa coisa em mente, não deixando de lembrar o posicionamento em um lugar de fala, a formulação do discurso teórico sobre Comunicação no Brasil origina-se, ao que tudo indica, de uma necessidade pedagógica, sobretudo didática, de oferecer aos estudantes dos cursos de Comunicação algum tipo de subsídio para seus cursos de formação.

No entanto, o exame da bibliografia sugere que não se tratou, a rigor, da constituição de um campo científico ou de uma área do saber, mas do atendimento a demandas de mercado dentro de uma perspectiva de profissionalização das habilitações de Comunicação: a formação de “Comunicadores”, no lugar dos cursos específicos de cada área, sobretudo de Jornalismo, parece ter sido o ponto central que estabeleceu, de um momento para outro, a necessidade de se formular uma “Teoria da Comunicação”.

A própria alteração de nome, de “Fundamentos Científicos da Comunicação” para “Teoria da Comunicação”, em suas variações, sugere que não parecia haver ao certo uma ideia nítida de quais saberes eram necessários, nem ao profissional, nem ao estudante, nem ao pesquisador: em que medida “Fundamentos Científicos” podem se relacionar à noção de “Teoria”? A diversidade encontrada nos manuais com os dois títulos é semelhante, e não deixa de ser emblemática a republicação, revista e alterada, do livro de Beltrão com o novo nome. Sob um título diferente, um significado consideravelmente semelhante.

A justaposição dos saberes agregados, patente no livro de Sá (1973) mas visível também no restante da bibliografia, sugere também que os aportes disciplinares não dialogavam entre si na constituição de um objeto comum, ou no esforço tensional para a constituição de metodologias que agregassem elementos para se pensar um fenômeno semelhante.

O nome “Teoria da Comunicação”, nesse sentido, não parece delimitar uma área de Conhecimento, mas uma amálgama de saberes reunidos sem um recorte comum, exceto uma definição muito geral – não por acaso, a “comunicação” não é definida em sua especificidade em momento algum, mas tomada sobretudo como sinônimo de “interação” e, por conta disso, não se diferenciando de nenhuma outra forma de relação: a vastidão do objeto parece, em alguma medida, se alinhar com a justaposição presente na disciplina.

É de sublinhar que algumas dessas características efetivamente tenham se mantido nos anos seguintes aos limites temporais deste estudo, sobretudo no que tange à ausência de consenso a respeito do que é “Teoria da Comunicação”. É possível, no entanto, notar alguns

movimentos – e aqui não se trata de comparação, algo que demandaria outro texto, mas de indicações.

A emergência da Teoria Crítica como modelo importante nas pesquisas em Comunicação a partir da segunda metade da década de 1970 não estava esboçada, o mesmo podendo ser dito da Semiótica peirceana. Embora a ideia de “fundamentos biológicos” da Comunicação tenha perdido praticamente todo seu espaço, ainda pode ser encontrada em algumas elaborações teóricas. Finalmente, nota-se a presença de McLuhan como um dos autores mais citados, algo que se manteve na Teoria da Comunicação tal como se apresenta a partir de 1995 (MARTINO, 2009).

Dessa maneira, no sentido das aproximações e rupturas com o presente, é possível terminar com uma consideração de Menezes (1973, p. 9) que, a despeito de ter sido formulada em um contexto diferente, talvez não soe estranha ao universo da Epistemologia da Comunicação: “Na minha opinião, não temos aí uma disciplina mas sim um conjunto delas, suficientemente amplo para induzir ao desânimo ou a desistência mesmo nos espíritos mais ousados”.

Os desenvolvimentos epistemológicos das décadas seguintes, decisivos na constituição da Área, indicam que essa ousadia não faltou – mantendo-se aqui a perspectiva da abertura para retomar e prosseguir questionamentos comuns.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, L. **Fundamentos científicos da comunicação**. Brasília: Thesaurus, 1973.

BELTRÃO, L. **Teoria geral da comunicação**. Brasília: Thesaurus, 1982.

BELTRÃO, L.; QUIRINO, N. O. **Subsídios para uma teoria da comunicação de massa**. São Paulo: Summus, 1986.

BRAGA, J. L. Comunicação, disciplina indiciária. **Matrizes**. [S.l], v. 1, n. 1, 2009.

BRAGA, J. L. Constituição do Campo da Comunicação. In: VVAA. **Campo da Comunicação**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2001.

BRASIL, J. P. S. Fundamentos antropológicos da Comunicação. In: SÁ, A. (Org). **Fundamentos científicos da comunicação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

CRAIG, R. Communication Theory as a Field. **Communication Theory**, [S.l], v. 9, n.2, may 1999.

ECO, U. **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

FERREIRA, J. Campo acadêmico e epistemologia da comunicação. In: LEMOS, A. et al (Orgs.) **Mídia.br**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

FERREIRA, J. Questões e linhagens na construção do campo epistemológico da Comunicação. In: _____ (Org.). **Cenários, teorias e metodologias da Comunicação**. Rio de Janeiro: e-papers, 2007.

FRANÇA, V. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê?. In: MOTTA, Luiz Gonzaga et al (Orgs.) **Estratégias e culturas da comunicação**. Brasília: Editora UnB, 2001.

GOMES, P. G. **Tópicos para o estudo das teorias da comunicação**. São Leopoldo: Unisinos, 1995.

HOHFELDT, A. Teoria da comunicação: a recepção brasileira das correntes do pensamento hegemônico. In: MELO, J. M. **O campo da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LASORSA, D. L. Diversity in Mass Communication Theory Courses. **Journalism and Mass Communication Educator**, 2002.

LIMA, V. Repensando as teorias da comunicação. In: MELO, J. M. **Teoria e pesquisa em comunicação**. São Paulo: Intercom: Cortez, 1983.

LOPES, M. I. V. O campo da Comunicação: sua constituição, desafios e dilemas. **Revista Famecos**, n. 30, p. 16 -30, ago. 2006.

LOPES, M. I. V. Sobre o estatuto disciplinar do campo da Comunicação. In: _____. **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

MARTINO, L. C. Apontamentos epistemológicos sobre a fundação e a fundamentação do campo comunicacional. In: CAPPARELLI, S. et al. **A Comunicação revisitada**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MARTINO, L. C. Interdisciplinaridade e Objeto de Estudos da Comunicação. In: FAUSTO NETO, A. et al. **O campo da comunicação**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2001.

MARTINO, L. M. S. O que foi teoria da comunicação? Um estudo da bibliografia (1967-1986). **Comunicação Midiática**, v. 6, n. 1, p. 118-133, jan/abr. 2011.

MARTINO, L. C. **Teorias da comunicação: muitas ou poucas?** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

MARTINO, L. M. S. **Teoria da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MELO, J. M. **Comunicação: teoria e pesquisa**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

MENEZES, E. D. B. Fundamentos sociológicos da Comunicação. In: SÁ, A. (Org.) **Fundamentos científicos da comunicação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

MERTON, R. K. **Sociologia – Teoria e Estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1983.

MOREIRA, R. S. C. **Teoria da comunicação: Ideologia e Utopia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

NICKELLE, S-C. et al. Comunicação – Processo Social Básico. In: D’AZEVEDO, M. C. **Comunicação linguagem automação**. Porto Alegre: URGS, 1970 (Cadernos Universitários).

PIGNATARI, D. **Informação. Linguagem. Comunicação**. São Paulo: Perspectiva, 1967.

POLI, F. M.; PECZENNYJ, A.; FRANCO, S. Linguagem e automação. In: D’AZEVEDO, M. C. **Comunicação linguagem automação**. Porto Alegre: Edições URGS, 1970 (Cadernos Universitários).

QUIROGA, T. **Pensar a episteme comunicacional**. 2. ed. Recife: Ed. UFPE, 2015.
SÁ, A. Fundamentos filosóficos da Comunicação. In: _____ (Org). **Fundamentos científicos da comunicação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

SILVA, C. E. L. Teoria da comunicação. In. MELO, J. M. et al. **Ideologia e poder no ensino de comunicação**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

TELES, E. Fundamentos biológicos da Comunicação. In: SÁ, A. (Org). **Fundamentos científicos da comunicação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

TORRICO VILLANUEVA, E. R. **Abordajes y periodos de la teoria de la comunicaci3n**. Buenos Aires: Norma, 2004.

VELLOZO, S. L. **Teoria geral da comunicação coletiva**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1969.